Protecionismo à vista?

A crise econômica que afeta as principias economias desenvolvidas tem gerado uma série de reações desfavoráveis ao comércio. Enquanto as grandes economias tornam seus planos de estímulo e resgate econômico acessíveis somente para seu próprio mercado, países mais vulneráveis foram pressionados a abrir mão de suas políticas tarifárias para poderem esquivar-se da pior crise econômica registrada desde a Grande Depressão de 1930.

Os sinais de estancamento econômico ainda surpreendem os analistas. O Fundo Monetário Internacional (FMI) corrigiu, recentemente, sua projeção de crescimento da economia mundial para 2009 ao diminuí-la de 2,2% a 0,5%, a mais baixa dos últimos 60 anos. Países desenvolvidos (PDs) como Alemanha e Japão apresentaram queda de 2% no Produto Interno Bruto (PIB) e de 8% e 14%, respectivamente, na produção no último trimestre.

As respostas à crise

Diversas medidas têm preocupado analistas internacionais e dirigentes políticos, mas, certamente, grande parte das polêmicas se concentram em torno da cláusula "Buy American", incluída na lei de estímulo econômico dos Estados Unidos da América (EUA), aprovada em 17 de fevereiro pelo Presidente Barak Obama. Tal cláusula prevê a compra de ferro, aço e produtos manufaturados estadunidenses para todos os projetos de obras públicas financiados pelo referido pacote de estímulo econômico. A lei proporciona aproximadamente US$ 48 bilhões para projetos relacionados ao transporte e outros US$ 30 bilhões para obras destinadas ao melhoramento de infra-estrutura e outros gastos.

Ademais, a "Buy American" é criticada por ter aumentado o patamar de custos a partir do qual podem ser utilizados os insumos importados. Segundo a nova versão, a utilização de produtos importados somente é permitida caso a utilização de insumos nacionais resulte no aumento dos custos do projeto em mais de 25% – cabe lembrar que o limite anterior correspondia a 6%.

Desde a discussão da lei de estímulo econômico em ambas as câmaras dos EUA, a cláusula "Buy American" constituiu alvo de fortes críticas nos âmbitos interno e externo. Graças às pressões, a lei foi modificada e estabeleceu que as disposições de utilização de fontes de abastecimento nacionais não devem entrar em conflito com as obrigações assumidas por Washington no comércio internacional e que, ademais, não devem ser aplicadas aos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs).

Nesse sentido, os produtos provenientes de Canadá e México, partes no Tratado de Livre Comércio da América do Norte

(NAFTA, sigla em inglês), estariam isentos das restrições da cláusula "Buy American". O mesmo é válido para os que firmaram tratados comerciais bilaterais com os EUA. Além disso, os produtos provenientes de União Europeia (UE), Japão e Suíça, entre outros, que, como os EUA, assinaram o Acordo de Compras Governamentais da Organização Mundial do Comércio (OMC), também estariam isentos dessa proibição.

Apesar dessas exceções, Brasil e China, por exemplo – que não possuem acordos bilaterais com os EUA e não fazem parte do referido Acordo da OMC –, expressaram preocupações. O Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, afirmou que cogitava levar a "Buy American" ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

Grande parte das críticas aos EUA insiste no argumento de que a cláusula envia um sinal equivocado, quando, na verdade, se espera que a maior economia do mundo assuma a liderança nas críticas às políticas protecionistas de outros países. A falta de concordância entre o que os EUA afirmam e aquilo que fazem pode dar margem à implementação de medidas protecionistas por parte das economias menores como resposta à crise, seguindo, em parte, o exemplo de seu maior parceiro comercial.

O maior perigo desse tipo de atitude seria o desencadeamento de uma onda de represálias, nos moldes do que ocorreu na Grande Depressão de 1930, quando os EUA aprovaram a "Smoot-Hawley Tariff Act", legislação que aumentou em níveis recordes as tarifas de importação de cerca de 20.000 bens agrícolas e manufaturados. À época, os parceiros comerciais dos EUA responderam da mesma forma e impuseram tarifas aos bens estadunidenses e, desse modo, o comércio mundial sofreu uma forte queda e a crise foi agravada.

Ajudas setoriais geram preocupação

O atual debate também apresenta planos de resgate econômico por setor. No caso dos EUA, a indústria automobilística – considerada a maior empregadora do setor manufatureiro – voltou a pedir ajuda ao governo. Em 17 de fevereiro passado, as empresas desse setor submeteram um pedido ao Tesouro estadunidense para um plano de recuperação e reestruturação. A empresa General Motors afirmou que necessita de US$ 16 bilhões adicionais aos US$ 13,4 bilhões já recebidos, ao passo que a Chrysler solicitou US$ 5 bilhões a mais dos US$ 4 bilhões que tomou emprestado.

Alguns países europeus copiaram a receita dos EUA. O governo francês prometeu, por exemplo, destinar € 6 bilhões para empréstimos preferenciais a seus fabricantes nacionais Renault e Peugeot-Citroën sob a condição de que não fechem suas fábricas na França. O governo sueco, por sua vez, decidiu ajudar a Volvo e a Saab com um plano de US$ 3,4 bilhões que compreende garantias de linhas de crédito e apoio para pesquisa e desenvolvimento. Enquanto isso, a Inglaterra emprestou às empresas Jaguar e Land Rover cerca de US$ 3,3 bilhões, além de prover garantias de crédito de um valor de US$ 1,9 bilhão.

Entre os países em desenvolvimento (PEDs), o governo brasileiro instruiu o Banco do Brasil a colocar à disposição dos fabricantes de automóveis US$ 1,7 bilhão, além de reduzir os impostos para a compra de automóveis. A China, por sua vez, cortou pela metade o imposto de vendas para os carros com motores inferiores a 1,6 litro e ofereceu subsídios à fabricação de automóveis menos poluentes. Ambas as medidas estariam destinadas ao favorecimento da indústria nacional. A Rússia, que ainda não faz parte da OMC, aumentou suas tarifas de importação de automóveis e prometeu US$ 2,3 bilhões em suporte aos fabricantes locais.

A indústria automobilística é considerada estratégica em muitos PDs por sua alta capacidade de geração de emprego e de externalidades positivas. Ademais, o setor automobilístico está relacionado a muito outros e é caracterizado pela intensidade em conhecimentos e tecnologia. Nesse sentido, Pascal Lamy, Diretor-Geral da OMC, lembrou que as políticas de resgate do setor automobilístico não devem dificultar a concorrência ou descriminar os parceiros comerciais internacionais. O setor financeiro apresenta uma situação similar. Uma crise neste setor impede que o dinheiro flua para outros setores e pode afetar a economia como um todo.

A atual crise econômica está dando um tom ainda mais protecionista aos programas de resgate bancário. O capital, que até pouco era considerado como um fator produtivo de altíssima mobilidade internacional, também sofreu as consequências do "nacionalismo econômico", termo utilizado em um recente artigo da revista "The Economist".

Em síntese

O relatório sobre a crise financeira e econômica e as medidas relacionadas ao comércio, elaborado recentemente por Pascal Lamy (ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 4, No. 1), ilustrou alguns casos de aumento das barreiras tarifárias em resposta à situação internacional. O Equador, por exemplo, ampliou suas tarifas para mais de 600 produtos. No entanto, essas novas cargas são consistentes com os compromissos do país perante a OMC. A Índia, por sua vez, restringiu suas importações e aumentou as tarifas para certos produtos derivados do aço em novembro passado. A Indonésia reduziu o número de portos e aeroportos que podem aceitar importações internacionais. A União Europeia também anunciou sua intenção de voltar a recorrer aos subsídios de exportação para alguns laticínios – decisão que causou um grande mal-estar entre o Grupo Cairns de exportadores agrícolas.

Apesar de todas essas medidas, o relatório conclui que são poucos os casos de aumento das tarifas de importação ou ainda de incremento considerável do número de investigações sobre anti-*dumping* iniciadas nos últimos meses. Para Lamy, a maior preocupação diz respeito à situação dos PEDs – para os quais ainda se espera que o comércio mostre sinais positivos.

Mesmo que o mundo ainda se encontre longe das políticas protecionistas que levaram a economia mundial à Grande Depressão de 1930, também está longe de reagir de forma coordenada e de resistir ao "isolamento", conforme recomendação de Pascal Lamy em conferência recente. Uma economia altamente globalizada e integrada necessita de respostas globais, algo que, infelizmente, ainda não tem sido visto.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes* Vol. 10, No. 1 - março de 2009.